

Sessão fraca em dia de escolha de líder



Realizada simultaneamente à eleição do líder do PMDB, partido que reúne em seus quadros 305 dos 556 constituintes, a sessão plenária da Assembleia Nacional Constituinte foi aberta com apenas 27 parlamentares e encerrada com 16, em nenhum momento atingindo ao menos a metade do quorum mínimo de 94. O próprio presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, só esteve presente por 38 minutos.

"Não tenho mais condições nem me atrevo a defender a Assembleia Nacional Constituinte", protestou o deputado Sólton Borges dos Reis (PTB-SP), enquanto o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), acusava o PMDB e o PFL de emperrarem os trabalhos. "Há mais de 10 dias não se vota nada", se queixou ainda Sólton Borges, lembrando que após a votação da redação final do Regimento Interno, marcada para hoje, haverá a eleição da mesa e a constituição das comissões, para só então a Constituinte começar a trabalhar na elaboração da nova Carta.

Os dois deputados são de opinião de que a disputa pelos cargos da mesa é que está atrasando os trabalhos da Constituinte. O primeiro

passo para retomá-los, a votação da redação final do texto do regimento, só foi comunicado oficialmente que seria dado hoje, porque o líder do PT, José Getúlio, cobrou a informação da mesa, alegando que os constituintes precisavam da confirmação e de tempo para ler o documento.

PINGA-FOGO

O primeiro orador a ocupar a tribuna na sessão de ontem foi o deputado Valmir Campelo (PFL-DF), que denunciou a situação de pré-falência dos comerciantes de Brasília, observando que o Cruzado II trouxe de volta os juros extorsivos e com eles a ciranda financeira. "Alguém está se beneficiando de novo", concluiu, sob aplausos da esquerda.

Ubiratan Spinelli (PDS - MT) seguiu no mesmo caminho, mas não foi ouvido nem pelo presidente dos trabalhos, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que entretido numa conversa com o deputado César Cais Neto (PDS-CE), se esqueceu até de acionar a

tempo já estava esgotado. E foi já na prorrogação que Spinelli criticou seu conterrâneo Dante de Oliveira, ministro da Reforma Agrária, por não fazer nada pelo estado e viajar demais: "Devia se candidatar a ministro da Aeronáutica".

De costas para a mesa, o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) conversou com o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) durante todo o tempo em que discursava seu colega de partido Ubiratan Spinelli.

José Elias Murad (PTB-MG) falou contra as multinacionais dos remédios, que segundo ele pararam a fabricação dos produtos menos rentáveis.

As conveniências em torno do mandato do presidente Sarney e a queda do ministro do Planejamento, João Sayad, foram os temas de Cunha Bueno (PDS-SP). Disse que o partido majoritário, o PMDB, não vai participar da escolha do novo ministro. Anunciou, ainda, que a maioria dos constituintes se inclina pelo parlamentarismo, o que muitos já afirmaram da mesma tribuna que ele usou ontem.

No orador seguinte, Mauro Benevides trocou de interlocutor, recebendo na mesa o deputado Márcio Braga (PMDB-RJ). Desta vez, no entanto, ele não se distraiu da campanha:

acionou-a no momento exato em que se encerravam os cinco minutos do deputado golano Aldo Arantes, líder do PC do B que elogiava o ex-procurador da Justiça Militar, Leite Chaves, pela denúncia dos assassinos do ex-deputado Rubens Paiva. Mas Arantes prorrogou seu tempo, por conta própria, para apelar à Constituinte que jogue na lata de lixo a atual teoria de segurança nacional e redefina o papel das Forças Armadas, lembrando que a versão do Exército de que Rubens Paiva havia sido seqüestrado era falsa.

O tema delicado e a ênfase conferida a ele pelo líder do PC do B haviam alertado o plenário para a tribuna, quando Manoel Viana (PMDB-CE) a ocupou. Disse que nenhum constituinte tinha sido intoxicado e nenhuma criança morta pelo suco de caju produzido no Nordeste, que esteve proibido pelo Ministério da Saúde. Mas o ministro que teve seu cargo, ou sua cabeça, pedido, foi o da Educação, Jorge Bornhausen. Depois de se solidarizar com a greve da UnB, Lídice da Mata (PC do B-BA) disse que a distribuição de verbas às universidades dependam do posicionamento político dos reitores e concluiu: "Que se ponha para fora de uma vez por todas esse ministro banqueteiro".

Senadores do PFL defendem os seis anos

A bancada do PFL no Senado lança hoje um documento falando sobre a duração do mandato presidencial. Ao anunciar a decisão, o líder Carlos Chiarelli (RS) admitiu que o tempo poderá ser de seis anos. Os constituintes do PFL reúnem-se hoje a partir das 10 horas para escolher seus representantes da mesa da Assembleia Nacional Constituinte.

Segundo Chiarelli, o senador Divaldo Suruagy será formalizado para 2º se-

cretário da Constituinte, enquanto os deputados Humberto Souto (MG) e Aloysio Chaves (PA) disputarão a indicação para a 1ª vice-presidência. Ainda não houve escolha para o lugar de suplente que cabe ao partido.

Ao comentar a posição do PMDB, que não se dispôs a entregar a 1ª vice-presidência ao PFL, como foi acordado pelas suas lideranças, Chiarelli disse que isso era fita, "porque existe um compromisso e

se nada de inusitado ocorreu, está tudo dentro da correlação de forças, precisa ser consecutado".

O líder pefelista acha ainda que se alguém quer voltar atrás nesse acordo precisa trazer ao PFL uma proposta melhor, já que o partido nada tem a propor e se contentou com a divisão negociada de cargos. Na sua opinião, não serão setoriais válidas para romper entendimentos e o PMDB deve levar isso em conta.

Governo testa PTB antes de dar os cargos

A sede com que o PTB está indo ao pote, ou ao poder, não será saziada, pelo menos por enquanto. As negociações com vistas à participação do partido, em troca de um alinhamento automático com o Governo estão se processando, é verdade. Mas o PTB para conseguir galgar alguns postos vai ter, antes, necessariamente, de passar em alguns testes.

O que ocorre, segundo um assessor político do Palácio do Planalto, é que a Nova República se por um lado discorda da Velha, por outro não despreza a experiência do governo passado no que se refere à aliança com o PTB. A época, o PTB ganhou a presidência da Cobal e dezenas de cargos no segundo escalão, como por exemplo a presidência da Central Elétrica de São Paulo. Mas a generosidade com que o governo Figueiredo retribuiu o apoio petebista nas votações não satisfaz o guloso PTB.

E este fato, na sua opinião, faz com que o Governo assumira a postura do "gato escaudado", que o PTB terá que trabalhar muito para mudá-la.

Arinos presidirá Sistematização

O PFL já confirmou ao PMDB a indicação do senador Afonso Arinos (RJ) para a presidência da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. Ao PMDB caberá indicar o relator dos trabalhos.

A composição das vagas nas comissões que caberão ao PFL vem sendo mantida em sigilo pelo líder na Câmara, José Lourenço, (BA) que ainda não conseguiu acomodar todos os postulantes nas comissões pleiteadas.



Afonso Arinos

Outro motivo para a descrição de José Lourenço a respeito das comissões é que o PFL não pretende

aceitar docilmente todas as reivindicações do PMDB.

O PFL não vai negociar com o PMDB o cargo de primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional Constituinte. A bancada da Frente Liberal na Câmara, através dos vice-líderes, manifestou ao líder, deputado José Lourenço, sua rejeição ao pedido do PMDB de reabrir a discussão com vistas a um novo acordo que garanta aos premeadistas a eventual substituição do presidente da Constituinte.

de A a Z

os Constituintes

Nelson Jobim



Em sua estréia na Câmara, foi um dos formuladores da tese da soberania da Constituinte. E parlamentarista

Nelson Jobim (PMDB-RS), 40 anos, advogado, neto do primeiro governador eleito do Rio Grande do Sul, Valter Jobim, chega à Câmara dos Deputados com 28.453 votos, no espaço aberto com a saída do deputado João Gilberto e pela decisão do presidente do PMDB gaúcho, Cezar Schimber, de permanecer na Assembleia Legislativa.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Santa Maria, ex-presidente da seção gaúcha da OAB, Jobim foi um dos principais formuladores da tese da soberania plena para a Constituinte. Ele, porém, considera "absolutamente razoável" a solução encontrada para o problema, por entender que a fórmula finalmente adotada não submete a Constituinte ao sistema estabelecido pela Constituição em vigor.

Parlamentarista, defensor do modelo clássico de gabinete, ele, porém, acha que a sua adoção teria necessariamente que ser precedida de uma mo-

dificação na composição da Câmara. Segundo ele, a fórmula adotada durante o governo Figueiredo, que limitou a 60 deputados a maior representação dos estados, fixando o mínimo em oito, provoca uma distorção, fazendo com que os estados mais populosos estejam sub-representados na Câmara. "Essa situação, se não for corrigida, repercutirá na formação do gabinete favorecendo o seu comando pelas forças conservadoras".

A discussão da duração do mandato presidencial, em sua opinião, deve ser posterior à definição do regime político, incluindo-se, portanto, nas disposições transitórias. É simpático ao voto distrital, modelo alemão, "com algumas alterações". Jobim considera que o Governo vem conduzindo a contento as negociações para a solução da dívida externa, defendendo a realização de uma auditoria e alerta que a queda do volume de divisas vai implicar "em grandes dificuldades de bens de consumo".

Hélio Manhães



Capixaba, começou na política como vereador. Moderado, defende o mandato de 4 ou 5 anos e a reforma agrária

Hélio Carlos Manhães (PMDB-ES), 52 anos, foi reeleito deputado federal com 42.723 votos, com o apoio do empresário Camilo Cola, candidato derrotado ao Senado. Natural de Cartaxina, casado, duas filhas, advogado, antes de chegar à Câmara foi vereador (58 a 62) em Cachoeiro do Itapemirim e deputado estadual (62 a 66) pelo extinto PSP.

Em 1974, elegeu-se novamente para a Assembleia pela legenda emedebista, assumindo em 76 a prefeitura da Cachoeiro de Itapemirim de onde saiu para a Câmara dos Deputados.

Moderado, a favor da propriedade privada, Manhães votou pelas diretas já e na chapa Tacerdo/Sarney no colégio eleitoral. Ele defende um mandato de quatro ou cinco anos para o Presidente da República sem direito à reeleição. Seguindo à risca "o compromisso assumido por Tancredo". Con sidera a questão da dívida externa um tema "meio explosivo", defendendo a suspensão do seu pagamento "por um prazo capaz de permitir a solução dos

graves problemas sociais e econômicos enfrentados pelo País", sugerindo que o Governo procure aliados no plano internacional.

Defende a adoção do parlamentarismo, embora ache que o modelo a ser implantado deva ser caracteristicamente brasileiro, "aproveitando algumas vantagens do presidencialismo, até que tenhamos o sistema partidário consolidado". Também é simpático à introdução do voto distrital, preferencialmente na forma mista, por entender que ele empresta "maior representatividade à estrutura política".

Católico praticante, ele votará contra a legalização do aborto, embora admita uma legislação mais moderna, que se ajuste melhor à realidade brasileira.

Manhães posiciona-se pela efetivação da reforma agrária, sem "desrespeito ao direito de propriedade". Ele, porém, reconhece a necessidade de o Governo adotar medidas "audaciosas e rígidas" para vencer as pressões que tentam inviabilizar a concretização da reforma.

PL consultará filiados sobre temas polêmicos

O conselho político do Partido Liberal (PL) decidiu ontem fazer uma consulta plebiscitária entre todos os seus filiados para saber como a bancada — seis deputados e um senador — votará na Constituinte em torno de questões fundamentais, como regime de governo, mandato do presidente da República e pena de morte.

O presidente do PL, deputado Alvaro Valle (RJ), anunciou, na primeira reunião do conselho político, que 19 constituintes deverão entrar no partido em breve. Valle frisou que a preocupação do PL é com a qualidade e, por isto, não há interesse em "inchá-lo".

DOCTRINAS

O deputado Afif Domingos (SP) defendeu, na reunião, a tese de que o PL deve se destacar na Constituinte pelas suas posições doutrinárias. "Os grandes partidos estão em visível fragmentação porque não têm unidade e não podem, em consequência, representar uma corrente de pensamento. O PL tem o liberalismo que se opõe ao

social-estatismo e deve enfrentar a questão com sua seriedade característica".

Advertindo que o grande adversário do PL será, no futuro, o PT, o deputado Adolfo de Oliveira (RJ), líder na Câmara, defendeu a instituição de cursos para candidatos a vereadores, de acordo com a determinação do partido de só indicar ao eleitorado pessoas representativas de suas idéias.

Essa preocupação do PL com a democratização interna e de formação de bases ideológicas, levou Adolfo de Oliveira a sugerir, também, uma consulta aos filiados sobre os principais temas da Constituinte, como ocorreu, durante a última campanha no Rio de Janeiro, quando se fez uma campanha para saber se o PL devia ter ou não candidatos ou apoiar os indicados por outros partidos.

O presidente Alvaro Valle informou que o processo de registro definitivo do PL está pronto, devendo ser aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral em uma de suas próximas sessões. Todas as exigências formais do TSE já foram atendidas, disse ele.